

Brasil

Contas públicas Números que serão divulgados na sexta-feira apontam cumprimento da meta fiscal dentro da margem, mas Previdência pode ter estouro

Projeções indicam contingenciamento zero e déficit contido

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As novas projeções de receitas e despesas de 2024, que o governo divulga nesta sexta-feira (22), vão apontar para o cumprimento da meta de zerar o déficit fiscal neste ano. Os números deverão indicar um resultado primário negativo de R\$ 8 bilhões, dentro da margem de tolerância estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, informou fonte do governo. Assim, será anunciado contingenciamento zero.

No entanto, por causa de um crescimento acima do esperado de algumas despesas, sobretudo aquelas com benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existe o risco de ser ultrapassado o limite máximo de gastos permitido pelo arcabouço deste ano, que é R\$ 2,1 trilhões. Assim, será necessário bloquear de R\$ 2,9 bilhões a R\$ 3 bilhões para manter o limite.

Atualmente, existem dois controles para o desempenho das contas públicas: a meta de resultado primário e o limite de despesas. Se há risco de descumprimento da primeira, é feito um contingenciamento. Se o problema está no segundo, é feito um bloqueio. Essa diferenciação de mecanismos e objetivos existe desde a criação do teto de gastos, em 2016.

Significa que alguns ministérios terão parte de seu orçamento retido. A divulgação de quais pastas serão atingidas será feito até o dia 31 deste mês, via decreto. Por se tratar de um bloqueio, os recursos só serão liberados se houver queda em outras despesas e, com isso, for aberto um "espaço" sob o limite de despesas.

O dado que está sendo comemorado na área econômica como uma vitória, porém, é o contingenciamento zero. Trata-se de uma importante mudança de cenário em relação ao do fim do

ano passado, quando era estimado por especialistas em algo como R\$ 50 bilhões. "O que estamos fazendo está dando certo", comentou a fonte. "É um ótimo resultado, diante do caos que estava sendo projetado."

Havia dúvidas na própria área econômica do governo em como agir, caso houvesse a necessidade de contingenciar recursos. O Ministério do Planejamento questionou ao Tribunal de Contas da União (TCU) qual seria o limite máximo para contingenciamento este ano, à luz da nova regra fiscal: R\$ 56 bilhões ou R\$ 25,9 bilhões. A área técnica concluiu que vale o número maior, caso contrário os agentes públicos estariam infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a lei de finanças públicas. O processo ainda será analisado no plenário, mas ainda não há data para julgamento.

Apesar de a arrecadação haver batido recorde em janeiro e seguir forte, segundo a fonte, as novas projeções para o Orçamento indicam número diferente para as receitas. Será cortada a estimativa de concessões e permissões, por causa de atrasos em contratos a cargo do Ministério dos Transportes — há uma previsão do governo no Orçamento de arrecadar R\$ 44,3 bilhões com esses contratos, mas especialistas questionam a viabilidade. Além disso, será considerado o impacto da retirada, da Medida Provisória (MP) 1.202, da parte que modificava a tributação sobre a folha de 17 setores intensivos em mão de obra e das prefeituras.

Por outro lado, algumas des-

pesas obrigatórias têm crescido acima do esperado. É o caso dos benefícios previdenciários. O Orçamento (LOA) prevê R\$ 908,7 bilhões com essa rubrica neste ano, mas a tendência é que haja uma revisão para cima deste número, mesmo considerando as medidas de redução de gasto em curso no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Uma fonte explica que as medidas adotadas pelo INSS para reduzir gastos neste ano — orçadas em R\$ 12,5 bilhões bruto, pouco mais de R\$ 10 bilhões líquidos — estão surtindo efeito, compensando em parte o aumento do estoque de benefícios, que está ocorrendo em virtude da redução da fila de requerimentos. Para a revisão de sexta, contudo, a projeção de economia será mantida "por conservadorismo". Mas, se as medidas continuarem surtindo efeito e se o INSS conseguir implementar novas ações previstas, o valor pode crescer e ser refletido no relatório de avaliação de receitas e despesas de maio.

Na avaliação da economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), apesar da receita ter vindo "alta" nos primeiros meses deste ano, ela está em linha com a programação do próprio governo. "Isso evidencia a importância da confirmação das premissas para as medidas adicionais de receita que o governo está esperando arrecadar. É um efeito que a gente deve observar ao longo do ano", considerou.

Além disso, ela aponta que ainda é cedo para afirmar que as revisões nos benefícios previdenciários vão fazer efeitos relevantes. "Caso essa revisão não gere o impacto esperado pelo governo, ou caso haja necessidade de ampliar a dotação de algum outro gasto obrigatório sujeito ao limite de despesa, será possível observar bloqueios adicionais ao longo do ano, como ocorreu nos anos anteriores."

É cedo para dizer que revisões de benefícios previdenciários terão efeitos relevantes
Vilma Pinto

Lula já deu sinal verde para renegociar dívida dos Estados, afirma Haddad

Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que já tem aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para apresentar a governadores a proposta de renegociação das dívidas dos Estados. "Para o dia 26 já está pré-agendada a reunião com os governadores [para apresentação da proposta]", disse ontem no Ministério da Fazenda, depois de participar de reunião com o próprio Lula e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), no Palácio do Planalto.

O encontro de Haddad com Castro foi o quarto realizado nas últimas semanas para tratar da renegociação das dívidas dos governos estaduais com a União. Recentemente, ele também se encontrou com os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Desde então, o Ministério da Fazenda vem elaborando a proposta que teve aval de Lula e que será apresentada aos governadores.

Castro afirmou que a perspectiva de um acordo "justo" está mantida e que aguardará o texto do governo federal. Mas também afirmou que não descarta entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar o débito do Estado. "O presidente me pediu



Fernando Haddad: reunião pré-agendada com governadores no dia 26

que esperasse um pouco pra ingressar com a ação", disse. A dívida do Rio de Janeiro com a União já passa dos R\$ 188 bilhões.

Depois de reunião realizada com Haddad na semana passada, Tarcísio afirmou que, "da forma como a dívida" dos Estados em geral está indexada, "vamos ter um estoque crescente" desse débito. No caso dos Estados do Sul e do Sudeste, o indexador é "híbrido, ora é Selic, ora é IPCA + 4%" ao ano.

"É um estoque que não vai acompanhar nem o crescimento da economia nem da arrecadação", disse na ocasião. Segundo Tarcísio, é possível chegar a um meio termo que "não prejudique as contas públicas" da União mas que também controle as dívidas estaduais. Isso porque existem maneiras de alcançar a "neutralidade" entre o custo de captação de recursos pela União e o "serviço da dívida" dos Estados.

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



PÁSCOA DEVE MOVIMENTAR R\$ 3,4 BILHÕES EM 2024, PREVÊ CNC

O volume de vendas relacionado à Páscoa deve ultrapassar R\$ 3,4 bilhões neste ano, segundo projeção da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Se a expectativa for confirmada, significa um aumento de 4,5% em relação a 2023 e o quarto avanço anual nas vendas para a data. A previsão, segundo a CNC, são aumentos de 21,4% na

importação de chocolates, o que corresponde a 3,35 toneladas, e de 69,9% na de bacalhau, o que equivale a 7,12 toneladas do produto. "A Páscoa representa importante data para o varejo, um período de grande movimentação comercial e oportunidades de crescimento para o setor", afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. Além do chocolate e do bacalhau, a cesta típica de

produtos mais vendidos na Páscoa — que inclui pescados em geral, bolos, azeite de oliva, refrigerantes, água mineral, vinhos e alimentação fora de casa — deve ter a menor alta do preço médio desde 2020, de acordo com a análise da entidade. A exceção é o azeite, que já se encontra mais caro nas prateleiras dos supermercados e pode registrar aumento de 45,7% em 2024.



Importação de chocolates terá aumento de mais de 20% nesta Páscoa

SESC PARTICIPA DE CELEBRAÇÕES DOS 200 ANOS DO SENADO FEDERAL

O Sesc participa das comemorações dos 200 anos do Senado Federal transmitindo o concerto "Senado 200 anos: uma jornada histórica rumo ao futuro", que será realizado no dia 25 de março, a partir das 19h30, no auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Sob

regência e direção musical do maestro João Carlos Martins, a Orquestra Bachiana Jovem Sesi-SP executará obras que representam o Brasil, com participações em momentos especiais dos solistas Juliana Taino, Jean William e Raquel Paulin.

O público poderá acompanhar o evento ao vivo, em

todo o País, pelo YouTube do Sesc São Paulo (youtube.com/sescsp) e Sesc Brasil (youtube.com/sescbrasil), além da transmissão pelo Sesc TV, canal cultural do Sesc em São Paulo, distribuído gratuitamente para mais de 60 operadoras de TV por assinatura e plataformas de streaming.



Ensaio da Orquestra Bachiana Jovem Sesi-SP, que fará o concerto dos 200 anos do Senado com transmissão pela TV Sesc

SENAC PROMOVE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA REEDUCANDOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Com a convicção de que qualificação é o melhor caminho para a transformação de vidas, o Senac Alagoas firmou parceria com a Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) para oferecer cursos de qualificação profissional aos reeducandos do Presídio do Agreste. Em outra iniciativa similar, o Senac Espírito Santo firmou convênio com a Secretaria da Justiça (Sejus) para oferecer cursos destinados à população carcerária e egressos do sistema prisional capixaba. As vagas são disponibilizadas por meio do Programa de Gratuidade do Senac-ES com o objetivo de reintegrar e dar oportunidades de ingressar e evoluir no mercado de trabalho.

Em Alagoas, as aulas estão sendo ministradas nas dependências do próprio presídio, com turmas dos cursos de assistente administrativo e promotor de vendas, visando proporcionar oportunidade concreta de ressociação, inicialmente para 50 apenados. Além dos cursos, o Senac-AL também doou livros para

o projeto de leitura que está sendo implantado no local. Já no Espírito Santo, os cursos são para cabeleireiro, panificação, costura, fotografia, assistente de logística, artesanato bordado à mão, entre outros. A parceria prevê a abertura de 600 vagas destinadas aos egressos do sistema prisional e 700 para custodiados.



Curso do Senac-AL oferece qualificação profissional para promover a reintegração de reeducandos

www.portaldocomercio.org.br.

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvconline